

69ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher
69th session of the UN Commission on the Status of Women
69ª sesión de la Comisión de las Naciones Unidas sobre la Condición de la Mujer

Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: A 69ª Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW69), realizada em março de 2025 na sede da ONU, reafirmou compromissos globais com a igualdade de gênero. Neste escrito, destacamos a Declaração Política adotada e outros documentos oficiais, e abordamos a participação do Brasil, liderado pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Apresentamos também o relatório *Direitos das Mulheres em Revisão: 30 anos após Pequim*, da ONU Mulheres, que analisa avanços e desafios desde a Declaração de Pequim, incluindo retrocessos democráticos, violência e desigualdade econômica. O estudo aponta a necessidade de ações urgentes em financiamento, tecnologia, participação política e justiça climática. Por fim, trazemos uma declaração conjunta da ONU que alerta para ameaças à redução da mortalidade infantil e natimortos devido a cortes no financiamento global. A falta de recursos compromete serviços essenciais, como vacinação e assistência ao parto, impactando regiões vulneráveis. A ONU pede mais investimentos e ações coordenadas para garantir a sobrevivência materna e infantil.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero; Direitos da Mulher; Saúde Materna; Mortalidade Infantil; Políticas Públicas de Saúde.

Abstract: The 69th Commission on the Status of Women (CSW69), held in March 2025 at the UN headquarters, reaffirmed global commitments to gender equality. In this report, we highlight the Political Declaration adopted and other official documents, as well as the participation of Brazil, led by the Minister of Women, Cida Gonçalves. We also present the report *Women's Rights in Review: 30 Years After Beijing*, by UN Women, which analyzes progress and challenges since the Beijing Declaration, including democratic setbacks, violence, and economic inequality. The study points to the urgent need for action in financing, technology, political participation, and climate justice. Finally, we bring a joint UN statement warning about threats to reducing child mortality and stillbirths due to cuts in global funding. The lack of resources compromises essential services such as vaccination and childbirth assistance, impacting vulnerable regions. The UN calls for increased investments and coordinated actions to ensure maternal and child survival.

Key words: Gender Equity; Women's Rights; Maternal Health; Infant Mortality; Health Policy.

Resumen: La 69ª Comisión sobre la Condición de la Mujer (CSW69), celebrada en marzo de 2025 en la sede de la ONU, reafirmó los compromisos globales con la igualdad de género. En este informe, destacamos la Declaración Política adoptada y otros documentos oficiales, así como la participación de Brasil, liderada por la ministra de las Mujeres, Cida Gonçalves. También

presentamos el documento Derechos de las Mujeres en Revisión: 30 años después de Beijing, de ONU Mujeres, que analiza los avances y desafíos desde la Declaración de Beijing, incluyendo retrocesos democráticos, violencia y desigualdad económica. El estudio señala la necesidad urgente de acciones en financiación, tecnología, participación política y justicia climática. Por último, presentamos una declaración conjunta de la ONU que advierte sobre amenazas a la reducción de la mortalidad infantil y los mortinatos debido a recortes en la financiación global. La falta de recursos compromete servicios esenciales como la vacunación y la asistencia en el parto, afectando a regiones vulnerables. La ONU hace un llamado a mayores inversiones y acciones coordinadas para garantizar la supervivencia materna e infantil.

Palabras-clave: Equidad de Género; Derechos de la Mujer; Salud Materna; Mortalidad Infantil; Políticas Públicas de Salud.

69ª Comissão sobre a Situação da Mulher

A 69ª Comissão Anual sobre a Situação da Mulher (CSW69) é o maior encontro anual da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, e ocorreu entre os dias 10 e 21 de março de 2025, na sede das Nações Unidas, em Nova York (EUA). O tema principal da agenda foi a revisão e avaliação da implementação da [Declaração e Plataforma de Ação de Pequim](#) e os resultados da [23ª sessão especial da Assembleia Geral](#).

A Comissão da 69ª sessão da CSW foi composto pelos seguintes membros:

- Abdulaziz M. Alwasil (Arábia Saudita), Presidente, Grupo dos Estados da Ásia e do Pacífico
- Maritza Chan Valverde (Costa Rica), Vice-presidente, Grupo dos Estados da América Latina e do Caribe
- Robin Maria de Vogel (Países Baixos), Vice-presidente designada, Grupo dos Estados da Europa Ocidental e Outros Estados
- Dúnia Eloisa Pires do Canto (Cabo Verde), Vice-presidente, Grupo dos Estados Africanos
- Nataliia Mudrenko (Ucrânia), Vice-presidente, Grupo dos Estados da Europa Oriental

Na abertura da seção, os Estados-Membros adotaram declarações políticas fortes, com compromissos de respeitar, proteger e promover os direitos, a igualdade e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Sima Bahous, Subsecretária Geral e Diretora Executiva da ONU Mulheres, disse: “Enfrentar os desafios e oportunidades da igualdade de gênero exige ação coletiva e decisiva em todos os Estados-Membros, agora mais do que nunca. Em um momento em que ganhos arduamente conquistados pela igualdade de gênero estão sob ataque, a comunidade global se uniu em uma demonstração de unidade para todas as mulheres e meninas, em todos os lugares”. (Para acessar o discurso completo, [clique aqui](#))

A [Declaração Política adotada na CSW69](#) reafirma os compromissos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, originalmente adotada em 1995 na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, enfatizando a necessidade de defender todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as mulheres e meninas, sem exceção. Ela reforça os compromissos

com as mulheres, a paz e a segurança, enfatizando a necessidade de integrar as vozes e a liderança das mulheres em todos os estágios de prevenção e resolução de conflitos e construção da paz. Ela ressalta a importância de erradicar a pobreza em todas as suas formas, inclusive por meio da garantia do direito das mulheres e meninas à educação, especialmente em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), aumentando os investimentos públicos em sistemas de assistência. Reconhecendo o vasto potencial da tecnologia, ele destaca a necessidade de acabar com a exclusão digital de gênero e pede investimentos renovados em estatísticas e dados de gênero para impulsionar a formulação de políticas pautadas em dados.

A Declaração renova o compromisso dos Estados-Membros em eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas, incluindo formas emergentes como violência digital, assédio online e cyberbullying. Além disso, reconhece que alcançar progresso nessas áreas requer recursos e financiamento substanciais. Ela pede sistemas nacionais fortalecidos, mecanismos femininos e mecanismos internacionais, incluindo uma Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) revitalizada, para acelerar os esforços de igualdade de gênero globalmente.

Bahous, acrescentou: “Nenhuma nação alcançou totalmente a igualdade de gênero. Esta Declaração ousada deixa claro que os governos do mundo reconhecem 2025 como um momento crucial, onde as promessas feitas há 30 anos não podem mais ser adiadas. É um trampolim para garantir que cumpramos nossos compromissos com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres para todas as mulheres e meninas, em todos os lugares, e que o façamos juntas”.

Documentação oficial da CSW69

Embora a declaração política já esteja disponível, o relatório final completo da CSW69, que fornecerá um resumo detalhado das discussões, atividades e conclusões da sessão, ainda não foi publicado.

Além da declaração política mencionada, a Comissão também adotou resoluções, incluindo uma sobre a [libertação de mulheres e crianças feitas reféns em conflitos armados](#), condenando tais atos e instando todas as partes a respeitarem plenamente o direito internacional humanitário. Outra resolução abordou o [programa de trabalho plurianual da Comissão](#), estabelecendo temas prioritários para as próximas sessões. Os temas prioritários para o quadriênio 2026-2029:

- **2026:** “Transformando os sistemas de assistência: rumo ao desenvolvimento sustentável, à igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas e à aceleração da implementação da Agenda 2030”;
- **2027:** “Igualdade de gênero, empoderamento de todas as mulheres e meninas e seus direitos humanos em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avaliando o progresso em direção à implementação da Agenda 2030”;
- **2028:** “Promovendo a igualdade de gênero, a liderança e o empoderamento das mulheres em emergências humanitárias: um apelo à ação global; e
- **2029:** “Fortalecer o acesso das mulheres à justiça e eliminar leis discriminatórias”.

Atualmente, os documentos oficiais da 69ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW69) incluem:

- **Agenda provisória e anotações:** detalha os tópicos planejados para discussão durante a sessão.
 - **Organização proposta dos trabalhos:** apresenta o cronograma sugerido para as atividades da sessão.
 - **Relatório sobre aspectos normativos do trabalho da ONU Mulheres:** fornece informações sobre as diretrizes e normas seguidas pela entidade.
 - **Revisão e avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e dos resultados da 23ª sessão especial da Assembleia Geral:** oferece uma análise do progresso e desafios enfrentados na implementação desses documentos fundamentais.
 - **Propostas sobre os temas prioritários e de revisão para 2026 e anos subsequentes:** sugere áreas de foco para futuras sessões da comissão.
 - **Guia de discussão para o segmento ministerial:** serve como referência para os debates entre ministros durante a sessão.
 - **Relatório sobre as atividades do Fundo Fiduciário das Nações Unidas em Apoio a Ações para Eliminar a Violência contra as Mulheres:** apresenta as iniciativas e resultados alcançados pelo fundo.
 - **Resultados das 88ª e 89ª sessões do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres:** resume as conclusões e recomendações dessas sessões.
- Para acessar na íntegra esses documentos, clique [aqui](#).

Brasil na CSW69

O [Brasil teve participação ativa na CSW69](#), com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, liderando a delegação brasileira. Em seu discurso na abertura da sessão, a ministra ressaltou os desafios e conquistas do país na promoção da igualdade de gênero, abordando temas como igualdade salarial, enfrentamento à violência contra mulheres e respeito à diversidade.

Além disso, o Ministério das Mulheres [organizou eventos paralelos durante a sessão](#), incluindo debates sobre a participação das mulheres na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e os desafios para enfrentar a misoginia online.

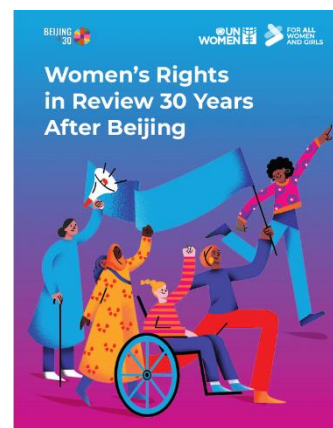
O setor empresarial brasileiro também se destacou, com o [Pacto Global da ONU – Rede Brasil lançando os "Diálogos de Direitos Humanos e Diversidade, Equidade e Inclusão \(DEI\)"](#) durante a CSW69. Essa iniciativa visa promover ambientes corporativos mais inclusivos e fortalecer o compromisso com os direitos humanos.

A CSW69 também contou com a participação ativa da sociedade civil brasileira. O [Ministério das Mulheres incentivou organizações a se credenciarem para o evento](#), reforçando a importância da colaboração entre governo e sociedade na promoção da igualdade de gênero.

Essas publicações refletem o [compromisso contínuo do Brasil e da comunidade internacional](#) com a implementação dos objetivos estabelecidos na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, buscando avanços significativos na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

Direitos das mulheres em revisão: 30 anos após Pequim

Em preparação a CSW69, a Organização das Nações Unidas publicou o relatório que revisa os 30 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, reunindo análises globais, regionais e nacionais de 159 países. O documento sintetiza os avanços alcançados e aponta as prioridades para ações futuras. Ele revela que, embora muitos países tenham avançado na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres — com destaque para a proibição da discriminação no trabalho e a adoção de planos climáticos sensíveis ao gênero — a discriminação de gênero ainda está profundamente enraizada em todas as sociedades e economias, restringindo os direitos e as aspirações de mulheres e meninas.



Em 1995, 189 governos adotaram por unanimidade a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. Ela se tornou uma agenda abrangente para a igualdade de gênero e os direitos humanos de todas as mulheres e meninas, sendo essencial para sociedades mais pacíficas, prósperas e inclusivas. A Plataforma de Ação de Pequim foi adotada em um momento de esperança e solidariedade, quando as instituições democráticas e de direitos humanos estavam se fortalecendo, e os movimentos sociais estavam em ascensão, lutando por direitos e justiça.

No entanto, o trigésimo aniversário ocorre em um ano repleto de desafios: economias frágeis, emergência climática, níveis sem precedentes de conflitos armados e crises humanitárias, erosão democrática e reação contra a igualdade de gênero. Sob a liderança do Secretário-Geral da ONU, foi realizada uma revisão global sobre o progresso e os obstáculos à igualdade de gênero, com base em revisões globais, regionais e nacionais de 159 países. O resumo a seguir apresenta os principais avanços e lições aprendidas, bem como as ações urgentes necessárias.

Passos importantes e principais obstáculos

A revisão confirma que, nos últimos cinco anos, os países avançaram em diversas áreas, como igualdade de gênero, direitos e empoderamento das mulheres. Cerca de 88% promulgaram leis e estabeleceram serviços para erradicar a violência contra mulheres e meninas. A maioria proibiu a discriminação no emprego e 44% estão melhorando a qualidade da educação e da formação para mulheres e meninas. Mais países do que nunca consideram o impacto da degradação ambiental sobre mulheres e meninas, incorporando a igualdade de gênero nos planos de ação climática. No entanto, a discriminação de gênero ainda persiste nas estruturas das economias e sociedades, perpetuando desigualdades de poder e recursos e limitando o progresso nos direitos das mulheres. O enfraquecimento das instituições democráticas está acompanhado de um retrocesso na igualdade de gênero, com atores anti-direitos minando o consenso sobre questões essenciais dos direitos das mulheres. Onde não conseguem reverter ganhos legais, tentam bloquear ou retardar sua implementação. Quase um

quarto dos países relataram que a reação contra a igualdade de gênero está prejudicando a implementação da Plataforma de Ação de Pequim.

- **Leis** - Entre 1995 e 2024, 1.531 reformas legais em todo o mundo buscaram promover a igualdade de gênero. No entanto, as mulheres ainda têm apenas 64% dos direitos legais dos homens.
- **Representação**- A proporção de mulheres nos parlamentos mais do que dobrou desde 1995. No entanto, atualmente, quase 3/4 dos parlamentares ainda são homens e apenas 87 países já foram liderados por uma mulher.
- **Pobreza** - 10% das mulheres e meninas vivem em lares extremamente pobres. A proporção sobe para 24% entre mulheres de 18 a 34 anos, que são as mais propensas a ter filhos pequenos.
- **Violência** - uma mulher ou menina é morta a cada 10 minutos por um parceiro ou membro de sua própria família.
- **Conflitos** - Desde 2022, os casos de violência sexual relacionada a conflitos aumentaram 50%. Mulheres e meninas sofrem 95% desses crimes.
- **Educação** - Meninas superaram os meninos nas taxas de conclusão do ensino secundário em muitas regiões. No entanto, na África Subsaariana e no Sul e Centro da Ásia, ainda há grandes lacunas; 59,5 milhões de meninas adolescentes são privadas desse direito fundamental.
- **Trabalho** - As lacunas de gênero no trabalho estão estagnadas há décadas. Globalmente, entre pessoas de 25 a 54 anos, 63% das mulheres estão na força de trabalho, em comparação com 92% dos homens. As mulheres ainda fazem 2,5 vezes mais trabalho de cuidado não remunerado do que os homens.
- **Digital** - Globalmente, a proporção de mulheres usando a internet aumentou de 50% para 65% entre 2019 e 2024. No entanto, em 2024, 277 milhões de homens a mais do que mulheres usaram a internet. A tecnologia digital e a inteligência artificial espalham estereótipos prejudiciais, enquanto a lacuna digital de gênero limita as oportunidades das mulheres.
- **Casamento infantil** - Entre 2003 e 2023, a proporção de mulheres casadas ainda crianças diminuiu de 24% para 19%. No entanto, os avanços para evitar o casamento infantil foram 3 vezes maiores nas famílias mais ricas do que nas mais pobres.
- **Mortalidade materna** - Apesar de uma redução de um terço globalmente entre 2000 e 2015, a taxa de mortalidade materna permaneceu quase inalterada desde então. Em 2015, a taxa foi de 227 mortes por 100.000 nascidos vivos e 223 em 2020.
- **Proteção social** - A proporção global de mulheres recebendo pelo menos um benefício de proteção social aumentou em um terço entre 2010 e 2023. Mesmo assim, 2 bilhões de mulheres e meninas não tinham cobertura de proteção social alguma em 2023.
- **Planejamento familiar** - De 1995 a 2024, as jovens mulheres de 15 a 24 anos testemunharam o aumento mais rápido no acesso ao planejamento familiar moderno. No entanto, com apenas 2/3 da necessidade atendida, elas ainda ficam atrás de todos os outros grupos etários.
- **Financiamento** - Em 2021–2022, 42% da assistência oficial para o desenvolvimento bilateral alocável fez da igualdade de gênero um objetivo político. Isso representou

uma queda em relação a 45% em 2019–2020. Apenas 4% da ajuda foi destinada a programas com igualdade de gênero como objetivo principal.

Um mundo em crise afeta o progresso

A COVID-19 agravou as desigualdades de gênero, e os conflitos e outras crises intensificaram-se desde então, com mais mulheres vivendo próximas a zonas de conflito do que nunca. A emergência climática continua a crescer, com 54% dos países a considerando um obstáculo para o progresso. Ao mesmo tempo, a polarização política torna a reação contra a igualdade de gênero ainda mais aguda, enquanto a sociedade civil enfrenta crescente pressão. A rápida expansão das tecnologias digitais, com seu enorme potencial e ameaças ainda pouco regulamentadas, incluindo novas formas de violência contra mulheres e meninas, também é um desafio. Em um mundo onde os fluxos financeiros chegam a trilhões de dólares, os investimentos em igualdade de gênero continuam muito aquém do necessário para mudanças transformadoras.

Diante de tantas crises, mulheres e meninas seguem sendo as primeiras a responder, enfrentando perdas de empregos, taxas mais altas de violência de gênero e sobrecarregadas com trabalho de cuidado não remunerado. As mulheres defensoras da paz e dos direitos humanos continuam sua luta, apesar do aumento das agressões contra elas na vida pública, tanto online quanto offline.

A igualdade de gênero deve beneficiar todas as mulheres e meninas

Apesar dos desafios, os avanços registrados na Plataforma de Ação de Pequim mostram que progressos são possíveis em todos os países e regiões. As revisões nacionais demonstram o compromisso contínuo dos governos e revelam novas oportunidades para alcançar a igualdade de gênero e garantir os direitos das mulheres e meninas. Inovações promissoras estão surgindo, como sistemas de cuidado integrado e programas de educação para meninas em áreas como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), além de defesas para a justiça climática feminista. Movimentos feministas vibrantes estão unidos e determinados, com uma nova geração de ativistas jovens impulsionando o progresso, inclusive por meio do ativismo digital. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, conforme descrito na Plataforma de Ação de Pequim, têm efeitos multiplicadores significativos em sociedades e economias. Esses princípios são a base para um mundo mais justo e igualitário, como previsto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através da plataforma, essa compreensão se solidificou e, com o esforço contínuo de pessoas e parceiros ao redor do mundo, está ganhando força.

Cinco prioridades para acelerar o progresso e preparar o futuro

A revisão global de progresso definiu cinco recomendações essenciais para alcançar a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim para todas as mulheres e meninas:

1. **Fechar a lacuna de responsabilidade** - Fortalecer as instituições responsáveis por coordenar a ação política sobre igualdade de gênero, colocar o gênero no centro de todas as políticas e programas e melhorar os dados para medir mudanças.
2. **Dar voz às mulheres** - Garantir participação e influência igualitária na tomada de decisões em todos os níveis, inclusive para grupos marginalizados de mulheres e meninas, e abrir e proteger espaços para a atuação de grupos feministas.
3. **Fechar a lacuna de financiamento** - Fazer investimentos catalisadores por meio de medidas nacionais, como orçamentos alinhados com a igualdade de gênero e tributação progressiva, e realinhar os sistemas financeiros globais com base na equidade e solidariedade.
4. **Aproveitar a tecnologia** - Fechar as lacunas digitais de acesso e benefícios, garantir que mulheres e meninas liderem as revoluções digitais e de inteligência artificial e mitigar os riscos de violência de gênero facilitada pela tecnologia, violações de privacidade e preconceitos.
5. **Garantir serviços e infraestruturas resilientes** - Estabelecer sistemas de prevenção e resposta a crises inclusivos de gênero, para evitar retrocessos nos direitos das mulheres e meninas e priorizar a igualdade de gênero em ações humanitárias.

O relatório propõe uma nova Agenda de Ação Pequim+30, concentrando-se em:

1. **Uma revolução digital para todas as mulheres e meninas:** garantir acesso igualitário à tecnologia, equipar mulheres e meninas para liderar em IA e inovação digital e garantir sua segurança e privacidade online.
2. **Liberdade da pobreza:** investir em proteção social abrangente, cobertura universal de saúde, educação e serviços de assistência robustos para que mulheres e meninas prosperem e possam criar milhões de empregos verdes e decentes.
3. **Zero violência:** adotar e implementar legislação para acabar com a violência contra mulheres e meninas, em todas as suas formas, com planos bem financiados que incluam suporte para organizações comunitárias na linha de frente de resposta e prevenção.
4. **Poder de decisão total e igual:** incorporar medidas especiais temporárias como cotas de gênero, que já provaram sua eficácia em aumentar rapidamente a participação das mulheres.
5. **Paz e segurança:** financiar integralmente os planos nacionais sobre mulheres, paz e segurança e ajuda humanitária sensível ao gênero são essenciais. As organizações femininas da linha de frente, muitas vezes as primeiras a responder a crises, devem receber financiamento dedicado e sustentado para construir uma paz duradoura.
6. **Justiça climática:** priorizar os direitos das mulheres e meninas na adaptação climática, centralizar sua liderança e conhecimento e garantir que elas se beneficiem de novos empregos verdes.

O fundamento dessas seis Ações é colocar mulheres e meninas jovens no centro de todos os esforços como a melhor maneira de garantir o sucesso, tanto hoje quanto amanhã.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

DECLARAÇÃO CONJUNTA - Décadas de progresso na redução de mortes infantis e natimortos estão sob ameaça, alerta a ONU

O número de mortes de crianças menores de cinco anos caiu para 4,8 milhões em 2023, enquanto os natimortos diminuíram modestamente, permanecendo em torno de 1,9 milhão, de acordo com dois novos relatórios divulgados pelo Grupo Interagência da ONU para Estimativa da Mortalidade Infantil (UN IGME¹).

Desde o ano 2000, as mortes infantis caíram mais de 50%, e os natimortos reduziram mais de um terço, impulsionados por investimentos sustentados na sobrevivência infantil em todo o mundo. Em 2022, o mundo atingiu um marco histórico quando as mortes infantis caíram para menos de 5 milhões pela primeira vez. No entanto, o progresso desacelerou, e muitas crianças ainda morrem devido a causas preveníveis.

Décadas de avanços na sobrevivência infantil agora estão em risco, pois grandes doadores anunciaram ou indicaram cortes significativos no financiamento de ajuda. A redução do financiamento global para programas vitais de sobrevivência infantil está gerando escassez de profissionais de saúde, fechamento de clínicas, interrupção de programas de vacinação e falta de suprimentos essenciais, como tratamentos contra a malária. Esses cortes estão impactando fortemente regiões em crises humanitárias, países endividados e áreas com altas taxas de mortalidade infantil. A redução do financiamento global também pode prejudicar os esforços de monitoramento e acompanhamento, dificultando o alcance das crianças mais vulneráveis, alertou o Grupo.

Mesmo antes da atual crise de financiamento, o ritmo de progresso na sobrevivência infantil já havia desacelerado. Desde 2015, a taxa anual de redução da mortalidade infantil diminuiu em 42%, e a redução dos natimortos desacelerou em 53%, comparado ao período de 2000–2015.

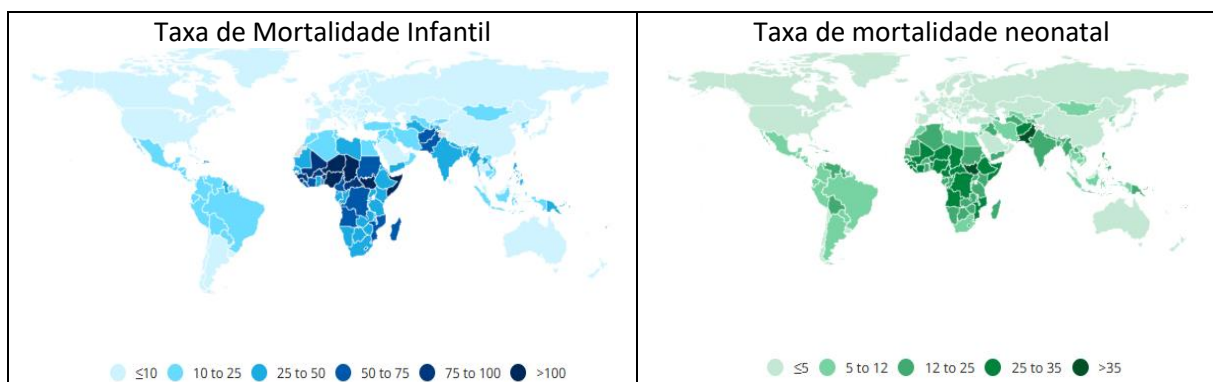
Quase metade das mortes de crianças menores de cinco anos ocorre no primeiro mês de vida, principalmente devido ao nascimento prematuro e complicações no parto. Após o período neonatal, doenças infecciosas, incluindo infecções respiratórias agudas, como pneumonia, malária e diarreia, são as principais causas de morte infantil evitável. Por sua vez, 45% dos natimortos tardios ocorrem durante o trabalho de parto, muitas vezes devido a infecções maternas, trabalho de parto prolongado ou obstruído, e falta de intervenção oportuna.

¹ **Sobre o UN IGME** - O Grupo Interagência da ONU para Estimativa da Mortalidade Infantil, ou UN IGME, foi criado em 2004 com o objetivo de compartilhar dados sobre a mortalidade infantil, aprimorar os métodos de estimativa, relatar progressos e aumentar a capacidade dos países de produzir estimativas oportunas da mortalidade infantil. O UN IGME é liderado pela UNICEF e inclui a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial e a Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU.

O acesso a cuidados de saúde materna, neonatal e infantil de qualidade em todos os níveis do sistema de saúde salvaria muitas outras vidas, de acordo com os relatórios. Isso inclui cuidados preventivos de promoção da saúde nas comunidades, visitas oportunas às unidades de saúde e aos profissionais de saúde no parto, cuidados de qualidade durante a gestação e pós-parto, cuidados preventivos de saúde infantil, como vacinação de rotina e programas abrangentes de nutrição, diagnóstico e tratamento de doenças infantis prevalentes, além de cuidados especializados para recém-nascidos pequenos e doentes.

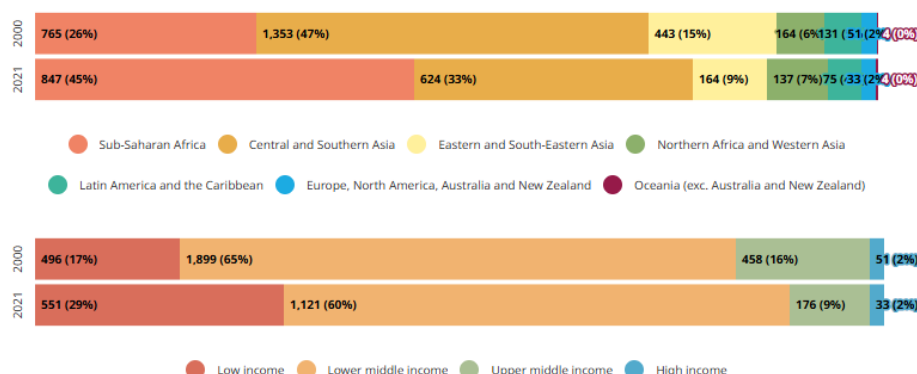
Os relatórios também mostram que o local de nascimento de uma criança influencia fortemente suas chances de sobrevivência. O risco de morte antes dos cinco anos é 80 vezes maior no país com maior taxa de mortalidade do que no país com menor taxa de mortalidade. Por exemplo, uma criança nascida na África Subsaariana tem, em média, 18 vezes mais chances de morrer antes de completar cinco anos do que uma nascida na Austrália e Nova Zelândia (Figura 1). Dentro dos países, as crianças mais pobres, as que vivem em áreas rurais e as cujas mães possuem menor nível educacional enfrentam maiores riscos.

Figura 1 – Taxa de Mortalidade Infantil e Neonatal (mortes por 1.000 nascidos vivos) por país (2023).



As disparidades nos natimortos são igualmente graves, com quase 80% ocorrendo na África Subsaariana e no Sul da Ásia, onde as mulheres têm de seis a oito vezes mais chances de sofrer um aborto do que as mulheres na Europa ou na América do Norte (Figura 2).

Figura 2 – Número (em milhares) de natimortos, por região e grupo de renda nacional (2000 e 2021).



Os membros do UN IGME fazem um apelo aos governos, doadores e parceiros dos setores público e privado para proteger os avanços arduamente conquistados na salvaguarda da vida das crianças e acelerar os esforços. Investimentos aumentados, integração de serviços e inovações são urgentemente necessários para expandir o acesso a serviços comprovados de saúde, nutrição e proteção social que salvam vidas para crianças e mães grávidas.

- Links de acesso aos relatórios: [Níveis e Tendências na Mortalidade Infantil.](#)

Outras referências:

UN Women. CSW69 / Beijing+30 (2025). March 2025. Available:

<https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw69-2025>

UN Women. As the 69th Commission on the Status of Women opens, Member States adopt strong Political Declaration, committing to respect, protect and promote rights, equality and empowerment for all women and girls. March 2025. Available:

<https://www.unwomen.org/en/news-stories/statement/2025/03/as-the-69th-commission-on-the-status-of-women-opens-member-states-adopt-strong-political-declaration-committing-to-respect-protect-and-promote-rights-equality-and-empowerment-for-all-women-and-girls>.

UN Women. One in four countries report backlash on women's rights in 2024. Available:

<https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2025/03/one-in-four-countries-report-backlash-on-womens-rights-in-2024>.